



2
3 **ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA - 1995/1999**
4
5 Aos dois e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, foi realizada, na Sala de
6 Reuniões Conselheiro Omilton Visconde, do Conselho Nacional de Saúde, a Octogésima Terceira
7 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** declarou aberta
8 a sessão, passando a palavra à Conselheira **Rita de Cássia B. Barata**, Coordenadora da mesa, para
9 que iniciasse os trabalhos. **APROVAÇÃO DAS ATAS** - Colocadas em apreciação as atas da 82^a e 79^a, a
10 aprovação foi transferida para a 84^a Reunião Ordinária, em fevereiro de 1999. **INFORMES** - 1) **Dr.**
11 **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que nas pastas se encontrava, para apreciação, o seguinte
12 material: 1) Jornal nº 02 do CNS- "Controle Social"; 2) Boletim nº 01, do CNS; 3) Cópia das Propostas de
13 Emendas Constitucionais - uma resultante da Resolução nº 281 e a PEC-34, do Senador Élcio Álvares -
14 ambas referentes ao orçamento; 4) Regimento Interno; 5) Relatório da Oficina de Trabalho de Recursos
15 Humanos em Saúde; e 5) Relatório do Grupo de Trabalho sobre Hanseníase. 2) **Relato das**
16 **Manifestações do CNS e da Plenária dos Conselhos de Saúde, com referência aos cortes**
17 **orçamentários** - Conselheira **Zilda Arns** informou que fora realizada, em 19/11/98, manifestação em
18 defesa da saúde no Brasil. Participaram do evento, segundo ressaltou, representantes do CNS, dos
19 Conselhos Estaduais e Municipais, além de 5 (cinco) Bispos da CNBB. Pela manhã, no Espaço Cultural
20 da Câmara, debateram os cortes nos recursos para a saúde. À tarde, promoveram ato público em frente
21 ao Ministério da Saúde, tendo uma Comissão, formada por representantes do CNS e da CNBB,
22 procedido à entrega da proposta de recomposição do orçamento e da "Carta aberta em Defesa da
23 Saúde" ao Senhor Ministro da Saúde. Conselheiro **Jocélio Drummond** explicou que as ações
24 repercutiram favoravelmente perante a população e a mídia. Informou, ainda, que a Plenária de
25 Conselheiros de Saúde se institucionalizara e que suas deliberações seriam distribuídas aos
26 Conselheiros. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** informou que alguns Conselheiros Municipais de
27 Saúde reclamaram por não terem recebido convocação do CNS e criticou a impossibilidade do Conselho
28 se manifestar durante a Audiência Pública, no Senado Federal. Conselheiro **Mário Scheffer** informou
29 que no dia 1º de dezembro de 1998 foi comemorado o Dia Mundial da Luta Contra AIDS e que nesse dia
30 se realizaram protestos em relação aos cortes do orçamento ocorrido na saúde. Conselheira **Rita de**
31 **Cássia B. Barata** informou que um grupo de Conselheiros visitara, no Senado, o Relator do Orçamento
32 e apresentara um conjunto de emendas referentes ao orçamento e que este se mostrara preocupado e
33 sensível quanto à demanda da saúde, comprometendo-se a tentar recompor o orçamento, pelo menos
34 ao nível do orçamento de 1998. 3) **Extinção dos Escritórios Regionais do Ministério da Saúde** -
35 Conselheiro **Jocélio Drummond** informou que os referidos escritórios foram extintos por medidas
36 econômicas e apesar do CNS não se opor ao fato, existe um número de trabalhadores incertos com
37 relação ao seu futuro funcional. Sugeriu, então, que o CNS aprovasse Recomendação dirigida ao
38 Ministro da Saúde, demonstrando sua preocupação com a extinção dos Escritórios Regionais, alertando,
39 também, para os direitos trabalhistas, no processo de descentralização. A Recomendação foi aprovada,
40 após efetuadas as adequações necessárias. 4) **Boletim do CNS** - **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos**
41 solicitou que os Conselheiros enviassem sugestões e críticas sobre o Boletim do CNS. 5) **Renomeação**
42 **dos Conselheiros a partir de 01/01/99** - **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** explicou que os dois
43 Decretos que regem o CNS prevêem que, ao final de cada mandato presidencial, os Conselheiros
44 deverão ser dispensados e o Presidente da República eleito os nomeará. Por isso, solicitou ao Senhor
45 Ministro da Saúde Dr. José Serra que efetuisse a nomeação em tempo hábil. Conselheiro **Carlyle G.**
46 **Macedo** sugeriu que as entidades representadas no CNS enviassem, no mês de dezembro de 1998, as
47 indicações formais de seus titulares e suplentes. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** sugeriu que os
48 segmentos enviassem, também, as referidas indicações para as entidades representadas no CNS. 6)
49 **Substituição da Coordenação do Grupo de Trabalho das Organizações Sociais** - **Dr. Nelson**
50 **Rodrigues dos Santos** informou que o Conselheiro Sérgio Piola seria o Coordenador do Grupo de

51 Trabalho das Organizações Sociais, em substituição ao Conselheiro **Gilson Cantarino**, decorrente da
52 saída deste para assumir a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro. **7) Ofício da Associação da Defesa**
53 **dos Usuários da Saúde - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que, também se encontrava na
54 pasta o referido ofício solicitando a integração da Associação da Defesa dos Usuários da Saúde, no
55 Fórum dos Usuários de Saúde. **8) Conselheiro Júlio Muller** informou que o CONASS realizaria uma
56 Oficina de Trabalho, em Maceió, de 03 a 05 de dezembro de 1998, convidando os Conselheiros para o
57 evento. **9) Conselheira Zilda Arns** informou que 1999 seria o "Ano Internacional Contra a Violência" e
58 convidou os Conselheiros a participarem da Campanha promovida pela Pastoral da Criança "A Paz
59 Começa em Casa". Informou, ainda, que estava sendo organizada a "Comissão Nacional do Idoso",
60 promovida pela ONU e que a OPAS reunira, no dia 26 de novembro de 1998, diversas organizações
61 religiosas, a fim de discutir a promoção da saúde e a prevenção de doenças. **ITEM 01 - A CRIAÇÃO DA**
62 **AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Dr. Gonzalo Vecina Neto** expôs sobre a
63 proposta de criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ressaltando que: **1)** a Agência visa a
64 articulação com a sociedade, no sentido de diminuir a insegurança no processo de tomada de decisão
65 em relação a produtos nocivos à saúde; **2)** fora efetuado convênio com a OPAS, na área fármaco-
66 equivalência; **3)** a Agência Nacional de Vigilância Sanitária necessita de coordenação, informação e
67 desenvolvimento de recursos humanos, bem como sistemas de informação para rastreamento de
68 medicamentos; **4)** a Agência de Vigilância Sanitária será composta por sete Diretorias, sendo os
69 Diretores indicados pelo Senhor Ministro da Saúde e nomeados pelo Presidente da República, com
70 estabilidade de três anos, podendo ser reconduzidos ao cargo, uma única vez; e **5)** o Projeto da Agência
71 está, atualmente, no MARE, aguardando parecer. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** elogiou a
72 exposição do **Dr. Gonçalo**, bem como de outros Conselheiros e, questionou sobre a maneira do
73 Movimento Comunitário auxiliar as fiscalizações. Conselheiro **Mário Scheffer** questionou se o INCQS
74 passaria, após a implementação da Agência de Vigilância Sanitária, a efetuar os testes de
75 bioequivalência. **Dr. Gonçalo Vecina** ponderou que a sociedade organizada poderia manifestar-se junto
76 à Vigilância Sanitária, procurando localizar os problemas e apresentando possíveis soluções, ou
77 efetuando denúncias. A respeito dos testes de bioequivalência, explicou que existiam quatro instituições
78 no Brasil que já fazem esses testes, a Universidade Federal do Ceará, UNICAMP, USP e a Universidade
79 de São Francisco, em Bragança Paulista e que, no dia 07 de dezembro de 1998, realizar-se-ia uma
80 reunião para se verificar as possíveis ações por parte do Governo, no sentido de apoiar o aumento do
81 número de Centros de Bioequivalência e estimular a participação da indústria. Informou que o INCQS
82 seria um órgão importante dentro do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, uma vez que daria
83 respostas solicitadas pela fiscalização e poderia, também, efetuar testes de bioequivalência. Conselheiro
84 **Solon Viana** quis saber quantos funcionários e que categorias especializadas existiriam na Agência.
85 Conselheiro **Artur Custódio** referiu-se às questões da intersetorialidade e de participação da Sociedade
86 Civil no controle social, na Agência de Vigilância Sanitária. Conselheira **Elizabeth Vieira** indagou se a
87 Secretaria de Vigilância Sanitária, possuindo orçamento e capacidade de execução adequados, não
88 resolveria o problema da vigilância, tornando desnecessária a criação da Agência de Vigilância Sanitária.
89 Conselheiro **Júlio Muller** indagou se estava prevista a criação de Agências Estaduais e Municipais para
90 auxiliarem nas ações de controle e fiscalização. Conselheiro **Augusto Amorim** questionou a falta de
91 controle de medicamentos importados. **Dr. Vecina** esclareceu não ser, ainda, possível estimar o número
92 de funcionários da Agência. Explicou que a Agência de Vigilância Sanitária era uma Autarquia e que,
93 portanto, estaria ligada à Administração Direta e concluiu que sua intersetorialidade era fundamental.
94 Essa, disse, é a razão da existência de Comissões (responsáveis pelos registros) e de Câmaras
95 Técnicas (responsáveis por conduzirem a pauta de cada setor). Acrescentou que alguns estados
96 deveriam possuir Agências Estaduais, porém, informou que o assunto ainda não fora suficientemente
97 debatido. Conselheiro **Temístocles Marcelos Neto** sugeriu que o assunto entrasse novamente em
98 pauta na Reunião Ordinária do mês de fevereiro de 1999. A sua sugestão foi aprovada. **Profª. Cecília**
99 **Mynaro**, representando a Fundação Oswaldo Cruz, parabenizou a proposta da Agência de Vigilância
100 Sanitária, mas levantou questões de ordem técnica e administrativa, que deveriam ser consideradas no
101 processo de criação da mesma. **ITEM 02 - RELATÓRIO DA OFICINA DE TRABALHO DA COMISSÃO**
102 **INTERSETORIAL DE SAÚDE DO ÍNDIO - Dra. Sofia Mendonça**, Coordenadora da CISI, expôs sobre a
103 atual situação da saúde do índio, destacando: **1)** que a Constituição brasileira garante aos povos
104 indígenas o direito de manterem a sua organização social, de acordo com seus costumes; **2)** que a
105 população indígena do país corresponde a trezentos e vinte seis mil índios, sendo que duzentos e
106 cinqüenta são tribos diferentes, falando, aproximadamente, cento e oitenta dialetos; **3)** que essa
107 população possui a maior taxa de mortalidade, sendo que as doenças predominantes são as
108 respiratórias, diarréicas, malária, tuberculose, alcoolismo, desnutrição, DST e doenças imuno-
109 preveníveis; **4)** a dificuldade de acesso ao serviço de saúde sofrida pelos povos indígenas; e **5)** a relação

110 conflituosa entre a FUNAI e empresas mineradoras nas áreas indígenas. Apresentou, também, as
111 seguintes recomendações: 1) reiteração da necessidade da revogação do Decreto nº 1.141; 2)
112 realização do Fórum Nacional de Saúde Indígena; 3) encaminhamento do relatório apresentado ao
113 Ministro da Saúde e a outras esferas afins ; e 4) constituição de Grupo de Trabalho, junto à Secretaria de
114 Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde, para que esta assuma a formulação de política setorial para
115 os povos indígenas. **Dra. Raquel Ferreira Dodge**, Procuradora da 6ª Câmara de Coordenação e
116 Revisão, do Ministério Público Federal, responsável pelas comunidades indígenas e minorias, informou
117 que existiam ilegalidades e inconstitucionalidades com relação ao Decreto nº 1.141. Colocadas em
118 apreciação, todas a recomendações foram aprovadas, com ressalvas nas de número um, onde se
119 acrescentou, por sugestão do Conselheiro **Júlio Muller**, a expressão "verificação dos recursos humanos
120 e financeiros, ora atribuídos à FUNAI", e na de número quatro - substituição do termo "Grupo de
121 Trabalho" por "Comitê Técnico", por sugestão da Conselheira **Lucimar Coser** e a expressão "Política
122 Setorial" por "Norma Operacional Básica", por sugestão do Conselheiro **Júlio Muller**. Além disso, foram
123 designados os Conselheiros **Zilda Arns** e **Carlos Corrêa Martins** para acompanharem os trabalhos da
124 CISI. **ITEM 04 - RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE DIRETRIZES PARA CONTROLE**
125 **E/OU ERRADICAÇÃO DA HANSENÍASE E ATENÇÃO AOS HANSENIANOS** - Conselheiro **Artur Custódio** fez a apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho, determinado pela Resolução nº
126 270 que dispõe sobre a necessidade de se efetuar um diagnóstico dos antigos Hospitais-Colônias de
127 Hanseníase e propôs uma política permanente para o funcionamento dessas unidades, destacando que:
128 1) o GT avaliara a situação econômica de diversos Hospitais-Colônias, distribuiria questionários, visando
129 conhecê-los melhor, além de terem sido realizadas visitas aos mesmos. Destacou, como principais
130 dificuldades, a perda de identidade do morador, dificuldade de acesso ao serviço dentro da própria
131 Unidade, falta de medicamentos, venda de terras de Hospitais-Colônias, segurança, trabalho
132 remunerado sem reconhecimento dos direitos, estruturas físicas abandonadas ou em péssimo estado de
133 conservação, falta de profissionais qualificados, falta de liberdade de ir e vir, serviço de apoio insuficiente
134 ou inoperante, infra-estrutura inadequada, prostituição de crianças e adolescentes dentro dos Hospitais-
135 Colônias, alcoolismo, tráfico de drogas e internações efetuadas após a proibição. Apresentou, ainda,
136 cinco propostas de encaminhamento, resumidas em duas propostas de Recomendação. Após lida e
137 efetuadas a revisão nos textos, as Recomendações foram aprovadas. **ITEM 05 - RELATÓRIO DA**
138 **OFICINA DE TRABALHO DA CIRHS, REALIZADA EM 18/11/98** - Conselheiro **Temístocles Marcelo**
139 **Neto** apresentou relatório final da oficina de trabalho, apresentando as seguintes sugestões: 1) encaminhamento formal ao Ministério da Saúde da segunda versão do relatório; 2) divulgação do
140 documento através de instrumentos de comunicação do CNS; 3) realização de seminários temáticos no
141 decorrer do ano de 1999; 4) introdução das temáticas de recursos humanos nas Conferências Municipais
142 e Estudais de Saúde e, na ausência das mesmas, proporcionar debates nos respectivos Conselhos de
143 Saúde; 5) redação da terceira versão dos princípios e diretrizes para elaboração da NOB de recursos
144 humanos do SUS; 6) encaminhamento da terceira versão à Comissão Intergestores Tripartite, aos
145 Conselhos Estaduais de Saúde, às Comissões Intergestoras Bipartites e aos Conselhos Municipais de
146 Saúde, para elaboração final da NOB-RH do SUS; e 7) avaliação da pertinência em como tratar a
147 questão de recursos humanos e da NOB-RH, nas Conferências de Saúde Gerais ou Específicas de
148 Recursos Humanos. Colocado em votação, foi aprovado o relatório. **ITEM 06 - REGIMENTO INTERNO**
149 **DO CNS - ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÕES REDACIONAIS SOB O ÂNGULO JURÍDICO E**
150 **GRAMATICAL** - Conselheira **Zilda Arns** e Conselheiro **Fernando Cupertino** apresentaram o texto do
151 Regimento Interno, já aprovado, ressaltando que o mesmo correspondia às necessidades identificadas
152 pelos Conselheiros ao longo dos anos. Colocada em apreciação, a redação do mesmo foi aprovada,
153 registrando-se a abstenção do Conselheiro **Ivaneck Perez**. Conselheira **Zilda Arns** apresentou,
154 também, os tópicos a serem discutidos na audiência com o Senhor Ministro da Saúde, a saber: 1) o novo
155 Regimento Interno; 2) nomeação dos Conselheiros; 3) homologação das Resoluções do CNS; e 4)
156 proposta de reestruturação do CNS. **Prof. Elias Jorge** propôs que se acrescentasse a essa relação , o
157 problema da descontinuidade do Conselho, a partir do dia 1º de janeiro de 1999, sugerindo que o Senhor
158 Ministro da Saúde renomeasse todos os Conselheiros nessa data, até à formalização das indicações das
159 entidades representadas no CNS. **ITEM 07 - RELATO DAS REUNIÕES DA CIT DE 29/10/98 E 24/11/98**
160 - **Dr. Adnei Pereira de Moraes** explicou que a reunião do dia 29/10/98 tivera, como principais temas o
161 Programa de Capacitação dos Gestores Municipais de Saúde e a habilitação dos estados e municípios.
162 Na reunião do dia 24/11/98, discutiram-se os seguintes assuntos: 1) acompanhamento da questão do
163 orçamento dos estados e municípios pelo Ministério da Saúde; 2) PPI - Programação Pactuada e
164 Integrada; 3) dificuldade de relacionamento entre os gerentes do Banco do Brasil e os gestores
165 municipais; 4) assistência farmacêutica; 5) participação do Ministério da Saúde nas Comissões
166 Intergestores Bipartites dos Estados; 6) questão do código 07- sistema de pagamento de conta

169 hospitalar; e 7) habilitação dos estados e municípios. Conselheiro **Gilson Cantarino**, complementou,
170 citando os seguintes pontos, referentes ao CONASEMS: 1) a não reposição, por parte do Ministério da
171 Saúde, dos 25% não pagos aos Municípios com gestão semiplena entre os meses de janeiro e maio de
172 1998; 2) normatização, excessiva, do Ministério do Saúde, na aplicação dos recursos; e 3) a questão das
173 contas para transferência de recursos. Conselheiro **Luís Baccaá** indagou sobre a perspectiva da
174 habilitação do Estado de São Paulo. Conselheiro **Sérgio Piola** manifestou a sua preocupação com o
175 critério de distribuição de recursos e elogiou a elaboração do "Manual da Atenção Básica". Conselheiro
176 **Fernando Cupertino** comentou que os exageros de cobrança, por parte da Previdência Social,
177 poderiam inviabilizar a prestação dos serviços médicos autônomos. Conselheiro **Gilson Cantarino**,
178 referindo-se à questão levantada pelo Conselheiro **Luís Baccaá**, comunicou que o Secretário do Estado
179 de São Paulo informara que SP entraria com pedido de habilitação para a gestão plena do sistema,
180 porém, não tinha, ainda, informação sobre a tramitação do processo. Conselheiro **Carlos Eduardo**
181 **Ferreira** comunicou que estava ocorrendo, em alguns municípios, uma extração de teto
182 orçamentário, gerando graves problemas, para tais municípios. Conselheiro **Oswaldo Lourenço** sugeriu
183 que o CNS destinasse, novamente, uma Comissão de Conselheiros para dialogarem com o Governador
184 eleito Mário Covas, sobre a habilitação do Estado de São Paulo. Conselheira **Neide Barriguelli**
185 denunciou que o Município de Piracicaba/SP recusara-se a atender procedimentos de alto custo, como
186 os da hemodiálise. **ITEM 08 - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS - Prof. Elias Jorge**
187 apresentou o relatório da reunião da Comissão de Acompanhamento do Processo Orçamentário do
188 CNS, focalizando os seguintes tópicos: 1) Avaliação do Plano de Trabalho de 1998; 2) Esboço de Plano
189 de Trabalho para 1999; 3) Análise dos Cortes Orçamentários do Ministério da Saúde; 4) Execução
190 Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde até o mês de novembro; 5) Reforma Tributária e
191 Saúde (PECS - CPMF, CONFINS, ETC.); 6) Audiência Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais do
192 Senado e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; 7) Informes, Assuntos Gerais e
193 Assuntos Pendentes (POPS; Fundo Nacional de Saúde, NOB-96, não homologação das Resoluções do
194 CNS, não cumprimento de Resoluções do CNS já homologadas, caráter permanente do Conselho
195 Nacional de Saúde e apresentou , em seu item 08, sugestões e encaminhamentos ao plenário, a saber:
196 I) observância dos pontos levantados no item 7 do relatório, com ênfase nos itens 7.4, 7.5 e 7.6; II)
197 Recomendação para: a) aprovação das Atividades da Comissão de Acompanhamento do Processo
198 Orçamentário do Plano de Trabalho para 1998, referenciado nas Resoluções nº 213 e 263 do CNS e
199 demais deliberações do plenário; b) manter, para 1999, as atuais atividades, coordenação, estrutura e
200 dinâmica de funcionamento da Comissão, até que a nova Recomendação do CNS venha a
201 consubstanciar as alterações; c) estabelecer que, preferencialmente, esta nova Recomendação seja
202 discutida e aprovada na Reunião Ordinária de fevereiro de 1999; III) estabelecer, em outra
203 Recomendação: a) que a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde coordene a elaboração de
204 documento que explique as razões de, após decorridos onze meses do ano de 1998, ainda existam
205 vários itens orçamentários com execução financeira inferior a 60% e com saldo orçamentário superior a
206 30%; b) que esse documento explice os efeitos dessa situação sobre os referidos itens orçamentários,
207 no ano de 1998, a repercussão sobre o orçamento de 1999 e, fundamentalmente, o significado em
208 relação à saúde da população; c) que sejam ressaltadas as explicações sobre os Programas do Leite,
209 Sangue e Hemoderivados, Prevenção do CA Cervico-Uterino, Vigilância Sanitária, Aquisição e
210 Distribuição de Medicamentos, Reaparelhamento de Unidades do SUS/MS, VIGISUS, Saneamento
211 Básico; d) estabelecimento de que esse documento seja encaminhado à Coordenação Geral do
212 Conselho até 31/01/99 e, com prorrogação, até 28/02/99; e IV) considerar o presente relatório e o
213 material de apoio anexos à ata da presente reunião. Os encaminhamentos foram aprovados.
214 Conselheiro **Carlyle G. Macedo** manifestou seu pesar em relação ao desprestígio do CNS e, fez o relato
215 da Audiência Pública com o Senhor Ministro da Saúde José Serra, destacando os seguintes aspectos:
216 1) *O Processo*: os convites recebidos pelo CNS, vindos da Comissão de Seguridade Social da Câmara
217 dos Deputados, não incluíam representação do Conselho, na Audiência. O convite do Senado Federal
218 previa, sim, representação do Conselho, porém, o **Senador Ademir Andrade** informara que o Senhor
219 Ministro da Saúde solicitara que o CNS não se manifestasse. 2) *A Audiência, propriamente dita*: o
220 Senhor Ministro procurara defender a sua gestão, evitando conflitos com a área de Governo, bem como
221 cortes adicionais no orçamento de 1999, além de afirmar que, mantidas as propostas atuais, o Ministério
222 da Saúde estaria bem financiado. 3) *Pontos não apresentados durante a audiência*: o significado da
223 presença do CNS na Audiência, apresentação das preocupações do CNS em relação ao orçamento,
224 defesa do SUS, eficiência do SUS, necessidade do financiamento público para o Sistema Único de
225 Saúde, análise do Programa de Estabilização Fiscal e Orçamento de 1999 e a alertar os parlamentares
226 sobre necessidade da Vinculação Constitucional de Recursos, visando assegurar um financiamento
227 estável para a saúde. Conselheiro **Carlyle** ofereceu-se para elaborar documento abordando os temas

228 por ele citados. **ITEM 09 - RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DE CAPACITAÇÃO DOS**
229 **CONSELHEIROS** - Conselheiro **Jocélio Drummond** informou que o Grupo de Trabalho concluirá sua
230 atividade, porém, faltava ainda reunirem-se com o IEC para a consolidação do documento final. Solicitou
231 que o assunto fosse pautado para a Reunião Ordinária do mês de fevereiro de 1999. Informou, ainda,
232 que o relatório do Seminário Internacional do CNS "Estados, Conselhos, Sindicatos e ONGs,
233 *Defendendo o Usuário dos Serviços Públicos*" se encontrava pronto e que se encontrava à disposição
234 dos Conselheiros. **ENCERRAMENTO** - Os Conselheiros despediram-se do Conselheiro **Gilson**
235 **Cantarino**, que estava deixando o Conselho para ocupar a pasta da Secretaria Estadual de Saúde do
236 Rio de Janeiro, agradecendo sua colaboração. E, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada,
237 com a presença dos seguintes Conselheiros: **Albaneide Maria Lima Peixinho**, **Zenite da Graça B.**
238 **Freitas**, **Carlos Corrêa Martins**, **Artur Custódio M. de Sousa**, **Carlos Eduardo Ferreira**, **Carlyle**
239 **Guerra Macedo**, **Marisa Fúria Silva**, **Fernando Passos Cupertino de Barros**, **Edenilza Campos de**
240 **Assis Mendes**, **Gilson Cantarino O'Dwyer**, **Jocélio Henrique Drummond**, **Elizabete Vieira da Silva**,
241 **José Lião de Almeida**, **Rosa Maria C. Tavares de Melo**, **Lucimar Rodrigues Coser Cannon**, **Luiz**
242 **Bacalá**, **Ivaneck Perez Alves**, **Mário César Scheffer**, **Neide Regina Barriguelli**, **Oswaldo Lourenço**,
243 **Rita de Cássia B. Barata**, **Augusto Alves Amorim**, **Sérgio Francisco Piola**, **Sérgio Luís Magarão**,
244 **Sylvio Romero Figueiredo Costa**, **Solon Magalhães Viana**, **Temístocles Marcelos Neto**, **Júlio Muller**
245 **Neto**, **William Saad Hossne**, **Zélia Maria dos Santos** e **Zilda Arns Neumann**.